

economicamente favoráveis para o desenvolvimento das actividades de pesca, artesanal, semi-industrial e industrial;

Usando dos poderes que me são delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição de Angola e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4, do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro e da alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1.º — O fornecimento de Gasóleo destinado as actividades de pesca, artesanal, semi-industrial e industrial é feito ao preço ex-Distribuição, da tabela de preços dos derivados de petróleo que estiver em vigor, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 1/12.

2.º — O fornecimento de Gasóleo a que se refere o número anterior é feito pelas Empresas Distribuidoras através de associações empresariais do ramo das pescas, que deverão indicar os locais de fornecimento do produto, desde que os mesmos satisfaçam os requisitos técnicos e de segurança exigidos por lei.

3.º — Para que as associações empresariais possam beneficiar do fornecimento de Gasóleo nos termos do presente Diploma, devem estar devidamente cadastradas junto do Departamento Ministerial de Tutela, sendo que os seus sócios devem ter a situação fiscal regularizada e declarar as suas previsões de consumo de combustíveis e de captura de pescado, bem como as áreas aonde normalmente exercem a sua actividade de pesca e venda dos seus produtos.

4.º — As associações empresariais deverão remeter ao Departamento Ministerial de Tutela e ao Ministério das Finanças, num prazo que for por estes determinado, um relatório detalhado sobre as suas actividades, aonde dentre outras informações deverão constar a quantidade de combustível recebida das Distribuidoras, a quantidade fornecida aos associados, a quantidade de pescado capturada por associado, quantidade vendida, bem como a evolução do preço do pescado.

5.º — As associações empresariais referidas no presente Diploma estão proibidas de fornecer combustível a uma terceira entidade, que não seja seu associado.

6.º — Os associados beneficiários do Gasóleo fornecido nos termos do presente Diploma, estão proibidos de utilizá-lo em outra qualquer actividade que não seja a pesca, bem como vendê-lo ou cedê-lo a terceiros.

7.º — A violação do disposto nos n.ºs 5 e 6 do presente Decreto Executivo, implica as seguintes sanções:

- a) Coima ao infractor, equivalente a dez vezes o valor do produto desviado;
- b) Suspensão do exercício da actividade por um período de seis meses;
- c) Cassação da licença do exercício da actividade, em caso de prática reiterada.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto Executivo n.º 212/13
de 5 de Julho

Havendo necessidade de se assegurar o acesso aos combustíveis, designadamente o Gasóleo, em condições

8.º — As omissões e falsas declarações prestadas pelas associações empresariais relativas às informações que devem prestar de acordo com o n.º 4 do presente Diploma são puníveis com o corte definitivo do fornecimento de combustível.

9. — Sem prejuízo das atribuições de outras instituições do Estado, compete ao Departamento Ministerial do Sector das Pescas a fiscalização e a monitorização da utilização devida do Gasóleo fornecido nos termos do presente Decreto Executivo.

10.º — As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro das Finanças.

11.º — É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Executivo Conjunto n.º 16/02, de 4 de Abril.

12.º — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Julho de 2013.

O Ministro, *Armando Manuel*.
